

Área de Ciências Sociais - Curso de Ciências Econômicas Laboratório de Práticas Econômicas (LAPE)

EQUIPE TÉCNICA:

Professores: José Maria Dias Pereira (Coordenador Geral), Valduino Estefanel (Coordenador de Estatística), Reisoli Bender Filho, Mateus Sangoi Frozza e Rafael Pentado Poerschke (Analistas Econômicos)
Acadêmicos: Ana Paula Buhse, Ana Paula de Medeiros da Silva, Ana Paula Pichani, Daiane Santos Machado, Gabriela Moro de Carvalho, Renata de Medeiros e Taiane Dalla Porta (Pesquisadores/Bolsistas PRGPPE)
Secretaria: Lis Angelita Mello da Silva

CPD – Centro de Processamento de Dados da UNIFRA
Coordenador: Prof. Elton Regis C. Spode

EVOLUÇÃO DO CUSTO DE VIDA EM SANTA MARIA EM JANEIRO DE 2011

O Índice do Custo de Vida de Santa Maria (ICVSM) do mês de janeiro de 2011 teve uma elevação de +0,77% nos preços médios dos produtos e serviços capturados pela pesquisa mensal de preços (Figura 1). A tendência de alta em janeiro, apesar de mantida, foi atenuada em relação a dezembro de 2010 (+0,87%). O aumento do ICVSM no primeiro mês do ano foi influenciado principalmente pela elevação dos preços dos alimentos e educação. Nos últimos doze meses, a variação acumulada do ICVSM alcança +6,8%.

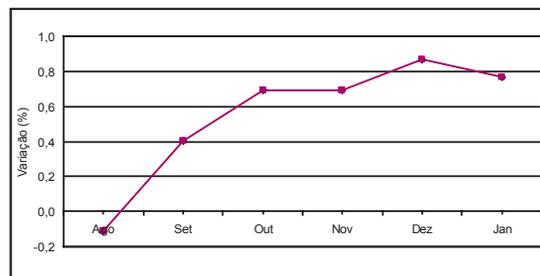


Figura 1. Variação percentual mensal do Índice do Custo de Vida de Santa Maria, RS (ICVSM) nos últimos seis meses.

Tabela 1. Variação e contribuição do Índice do Custo de Vida de Santa Maria (ICVSM) em Janeiro de 2011 (base: dezembro de 2005)*.

Grupo	Peso (%)	Índice		Variação no mês (%)	Contribuição no mês (%)	Variação em 2010 (%)	Últimos 12 meses (%)
		Dezembro	Janeiro				
1) Alimentação	25,12	156,91	158,86	1,25	0,37	1,25	7,17
2) Habitação	26,07	127,90	128,42	0,41	0,10	0,41	6,95
3) Artigos residência	3,03	96,81	96,21	-0,62	-0,01	-0,62	2,27
4) Vestuário	5,26	135,69	137,07	1,01	0,05	1,01	14,00
5) Transporte	16,21	117,62	117,90	0,24	0,03	0,24	5,32
6) Saúde e Cuidados pessoais	7,32	122,43	123,97	1,26	0,09	1,26	3,98
7) Despesas pessoais	5,75	150,73	152,05	0,88	0,06	0,88	7,95
8) Educação	2,90	133,08	136,46	2,54	0,07	2,54	7,03
9) Comunicação	8,34	105,51	105,56	0,05	0,00	0,05	5,58
Geral	100,0	132,19	133,20	0,77	0,77	0,77	6,80

*Valores sujeitos a retificações.

Quando consideramos as maiores variações positivas nos preços, por grupos de produtos que compõem o ICVSM, se destaca o grupo **educação** com +2,54%. Esse aumento é recorrente no mês de janeiro, pois os produtos e serviços que compõem o grupo normalmente sofrem uma correção no início de cada ano. Em março, quando inicia o ano letivo na maioria das escolas, os preços desse grupo já completaram o seu ciclo de reajustes. Sofrerem maiores aumentos: preço de cursos pré-vestibulares e pré-técnico (+10%), mensalidade de cursos de segundo grau (+9,5%), taxa de documentos escolares (+8%) e preço de cursos de idioma (+4%).

O grupo que acumula a segunda maior alta foi **saúde e cuidados pessoais** (+1,26). Aumentaram de preço: Creme bronzeador (+10%), artigos de maquiagem (+9,8%), alicate e cortador de unha (+9,5%) e escova de cabelo e pente (+8%). No primeiro caso, o aumento do bronzeador é decorrente das altas temperaturas registradas no mês de janeiro. Baixaram de preço: vermífugos (-9,6%), remédios otológicos (-8,1%), remédios para rins (-6,8%) e remédios anti-espasmáticos (-6,3%).

Embora a **alimentação** tenha apresentado a terceira maior variação absoluta (+1,25%) entre os grupos que compõem o ICVSM, foi novamente o grupo que mais pesou para a elevação no custo de vida da cidade. As maiores contribuições foram verificadas no café em pó (+13,9%), brócolis (+13,7%), miúdos de frango (+11,6%) e bebidas destiladas (+10,8%). De outro lado, os itens que registraram as maiores variações negativas são: melancia (-22,2%), uva (-16,2%), azeite de oliva (-13,5%) e arroz integral (-11,7%). Como se percebe, o verão contempla a colheita da uva e melancia no estado, fator que acabou pressionando para baixo os preços dessas frutas no varejo. Ainda, chama-se a atenção para queda do preço do feijão (-5,5%) em função da boa colheita obtida nesta safra no Brasil. Ressalta-se ainda, que, no próximo mês, a tendência para a leguminosa, assim como, para a melancia e uva deve ser mantida.

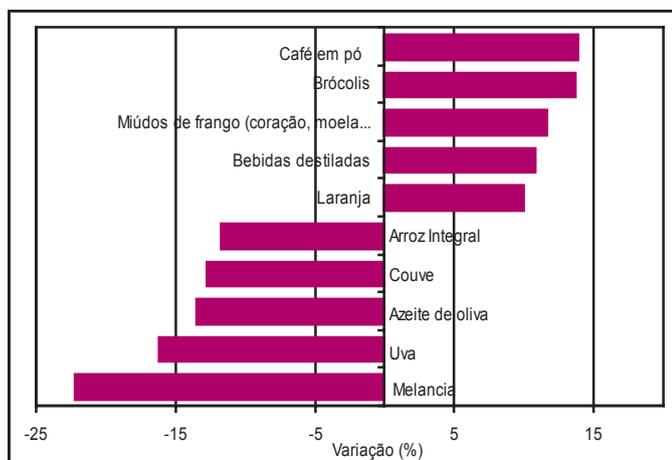


Figura 2. Produtos alimentícios com maiores altas e baixas de preço em Santa Maria em Janeiro de 2011.

No grupo **vestuário**, a variação média dos preços foi na ordem de + 1,01% no mês de janeiro. Os maiores aumentos de preços, nesse grupo, foram registrados em cueca de homens (+10,8%), roupa íntima infantil (+9,8%), bermuda e short infantil (+8,9%) e meias de mulher (+8,6%). Sofreram reduções nos preços mé-

dios do mês em comparação com o mês anterior, os seguintes produtos: Chinelos (-11,5%), óculos sem grau (-9,1%), vestido infantil (-7,7%) e malas (-7,6%).

O grupo **despesas pessoais** aumentou em +0,88%. Os maiores responsáveis pela variação observada no grupo foram serviços que sofreram reajustes ao iniciar-se o novo ano. É o caso da entrada de cinema (+10,0%), mensalidade de empregada doméstica (+5,9%), mensalidade de creche (+3,2%). Apesar de o grupo ter mostrado variação positiva, destacam-se alguns serviços com queda de preços. São eles: anuidade do cartão de crédito (-5,6%) e o preço de brinquedos de plásticos (-0,2%).

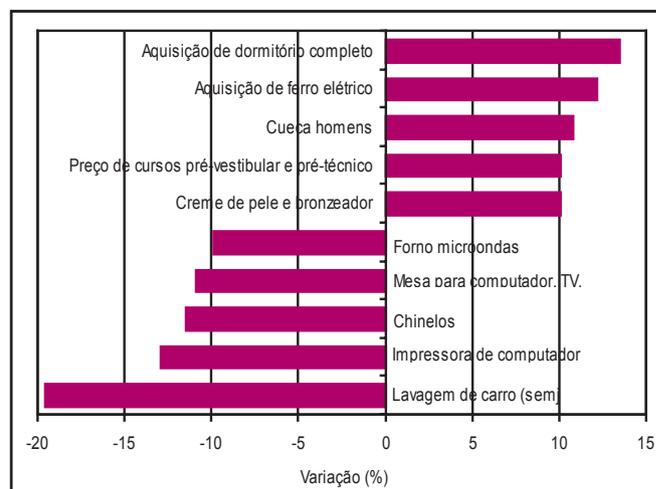


Figura 3. Produtos não alimentícios com maiores altas e baixas de preço em Santa Maria em Janeiro de 2011.

Os preços médios do grupo **habitação** registraram elevação de + 0,41%. As maiores variações positivas de preço no grupo foram: Alcool doméstico (+8,1%), sabão em barra (+6,8%), alvejante (+5,0%) e desinfetante (+5,0%). As variações de preços negativas foram registradas no sabão em pó (-6,0%), ferragens (fechaduras, ferro, alarme) (-5,9%), tinta (-2,5%) e lâmpadas (-2,4%).

No grupo **transporte** a variação de preços de janeiro de 2011 em relação a dezembro de 2010 foi de +0,24%. Esse resultado é atribuído às elevações registradas nos preços de bicicleta (+7,4%), pneus (+6,4%), álcool combustível (+4,3%) e passagem de avião (+1,4%). Entretanto, vale registrar a queda da lavagem sem lubrificação (-19,5%), rádio para automóvel (-4,6%) e aquisição de bateria de automóvel (-2,3%).

No grupo **comunicação** as variações nos preços dos produtos foram modestas, com aumento médio de + 0,05% no primeiro mês do ano. Como ocorreu diversas vezes ao longo de 2010, o produto de maior influência na diminuição dos preços desse grupo foi novamente aparelho de telefone celular (-0,7%), que constantemente sofre redução de preço devido à rápida obsolescência ou substituição dos modelos mais baratos que se encontram no mercado.

Finalmente, houve queda de -0,62%, em média, nos preços dos produtos que compõem o grupo **artigos de residência**, com destaque para as reduções nos preços das impressoras para computador (-12,9%), aquisição de mesa para computador e TV (-10,9%), aquisição de forno micro-ondas (-9,9%) e colchão (-9,0%).

ECONOMIA & FINANÇAS

“Cortando na carne”

A que o senhor atribui o excessivo aumento do preço da carne em 2010? Geralmente, é fácil responder essa pergunta colocando a culpa no período de entressafra do gado ou na estiagem, que deprime as pastagens e prejudica a alimentação do gado e a produção de leite e derivados. Porém, no caso específico do ano que passou, a pergunta da jornalista torna-se incômoda. Em média, o preço da carne aumentou 30,5% no país, segundo o IBGE. E um aumento nessa proporção vai além das explicações convencionais.

A Figura 1 ilustra as variações de preços de alguns cortes de carne bovina em 2010 – chamando a atenção de que os aumentos se concentraram mais nos últimos meses do ano, “inflacionando” a componente alimentação dos índices de preços ao consumidor. Observa-se que o traseiro de boi (carnes mais nobres) subiu acima da média, enquanto o dianteiro aumentou um pouco menos. O recorde foi batido pelo filé mignon, que subiu mais de 60%. Só para ter uma ideia de preços relativos: um trabalhador de salário-mínimo teria de trabalhar dois dias e meio para adquirir apenas um quilo da nobre carne.

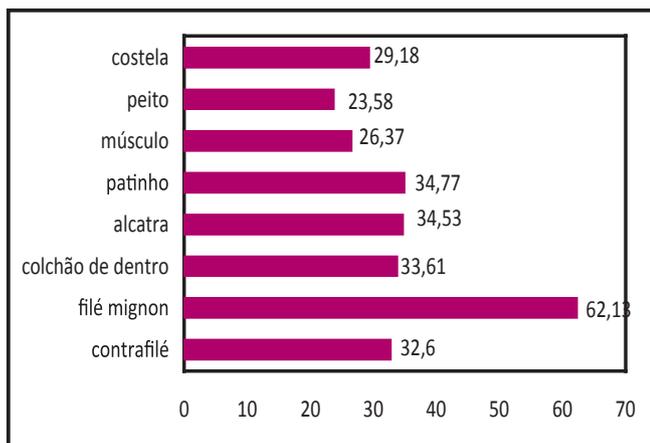


Figura 1 – Variação acumulada do preço da carne bovina em 2010, por cortes (em %)
Fonte: IBGE, 2011.

Por mais perdulário que seja, é claro que um trabalhador de salário-mínimo jamais cometeria a excentricidade de comprar filé mignon. Aliás, o brasileiro vem “cortando na carne” bovina na sua cesta de consumo. Segundo estudo da Consultoria Informa Economics FNP, na década 2001-2010, o consumo “per capita” de carne bovina permaneceu estagnado em 35 quilos/ano. Isso indica que, apesar do fim da inflação, a recuperação do poder aquisitivo do brasileiro não tem sido suficiente para aumentar o seu consumo de carne de gado. A solução encontrada foi substituir a carne de boi por outras carnes alternativas. O consumo “per capita” de carne de frango passou de 31 quilos/ano em 2001 para 44,7 quilos/ano em 2010 – aumento de 44%, portanto. Já a carne de porco, embora de menor participação no consumo, foi a que teve o maior acréscimo “per capita” (428%) no período, passando de 2,8 quilos/ano para 14,8 quilos/ano. Em 2010, segundo o IBGE, o “efeito substituição” da carne bovina fez o preço do frango aumentar em 15% e a carne de porco em 18%.

Voltando à pergunta inicial, o que fez com que o preço da carne de gado disparasse no final do ano de 2010, prejudicando

especialmente a população gaúcha que tem costume de consumir carne acima da média brasileira? É claro que a seca na metade sul e fronteira do estado, região de forte concentração econômica na pecuária, conta. Mas isso não explica tudo. Outras regiões, como Centro-Oeste, são grandes produtoras de gado e não sofreram estiagem. A redução da oferta pode estar relacionada com o excessivo abate de matrizes realizada em anos anteriores quando os pecuaristas julgavam que os preços não eram compensadores. Sabe-se que são necessários mais de dois anos para ter um boi gordo pronto para o abate.

Entre as causas, há que considerar também a margem das grandes redes de supermercados e a concentração do setor de frigoríficos. As grandes redes de supermercados são responsáveis por quase metade da venda de carne bovina no país e a sua margem sobre os preços no atacado varia entre 60% a 100%, dependendo do tipo de corte. Já a concentração do abate em poucos e grandes frigoríficos vem se intensificando nos últimos anos, resultado de fusões e aquisições feitas com financiamento ou participação acionária do BNDES, inclusive para adquirir frigoríficos no exterior. Dois exemplos: recentemente, o JBS Friboi (responsável por 21,8% dos abates) comprou o Bertin (responsável por 17,3% dos abates) e passou a concentrar 39% dos abates; o Marfrig, segundo maior frigorífico, responde por 14% dos abates. Essa concentração do setor tem permitido aos grandes frigoríficos controlar estoques e manipular preços.

Tabela 1 – Preço das “commodities” soja, café, boi e milho – 2009/2010 – em R\$

Período	Soja *	Café*	Boi**	Milho*
30/12/2009	42,51	272,77	77,00	20,14
30/03/2010	34,51	285,31	82,00	18,25
30/06/2010	36,68	309,84	84,00	18,74
30/09/2010	42,92	318,81	95,00	24,48
30/10/2010	47,40	350,41	113,00	26,75
30/12/2010	49,08	413,34	105,00	28,27
Variação em 1 ano	15,5%	51,5%	36,4%	40,4%

Nota: * saca 60 Kg, ** arroba.
Fonte: CEPEA/ESALQ, 2011.

Do ponto de vista macroeconômico, a principal causa do aumento do preço da carne bovina é a valorização das “commodities”, especialmente a partir do segundo semestre do ano passado (Tabela 1). As “commodities” possuem cotação de preços no mercado internacional e são os principais itens da pauta de exportações brasileiras. São também usadas como ativos para aplicação de excedentes financeiros. Diante das baixas taxas de juros internacionais e enfraquecimento do dólar, o capital especulativo internacional encontrou uma alternativa de aplicação nas “commodities” produzidas pelos países emergentes. Dentre elas, contratos de boi gordo negociados no mercado futuro têm subido bastante e “puxado” os preços da carne no mercado à vista. Tanto é verdade que a arroba do boi, no último trimestre de 2010, alcançou US\$ 60 – patamar que jamais havia sido atingido antes.

Se você acha que a especulação financeira nada tem a ver com o seu churrasco de final de semana, talvez seja o momento de re-avisar seus conceitos.

Novo governo começa com aumento dos juros

Na primeira reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), do novo governo de Dilma Rousseff, não houve novidade em relação ao que costumava acontecer no início dos últimos governos: alta dos juros. A justificativa, como sempre, é o temor da volta da inflação. Bastou um pequeno “aquecimento” do consumo, causando um ligeiro afastamento do IPCA do centro da meta de inflação, para o BACEN retomar a tendência de alta da taxa básica (Selic), que havia sido interrompida nas duas últimas reuniões do ano passado, que passou de 10,75% para 11,25% ao ano. Isso demonstra a influência da política na economia. Passada a eleição presidencial, o Banco Central volta a ter liberdade para atuar conforme suas crenças, não importa se falsas ou verdadeiras. Diga-se de passagem, que a alta esperada pelo mercado era inclusive maior que 0,5%, dadas as projeções da taxa básica no mercado futuro para o final de 2011.

Como a aceleração inflacionária é um problema recorrente na economia brasileira em sua história recente, o crescimento do IPCA de aproximadamente 6% verificado no acumulado de 2010, conforme Figura 2, acima dos 4,5% estipulados para a meta, contribuiu decisivamente para a decisão de elevação da taxa de juros básica da economia. Além disso, as previsões indicam para a continuidade no crescimento do nível de preços para o início e também no decorrer do corrente ano. Assim, a expectativa é que nas próximas duas reuniões do COPOM, a taxa de juros voltará a subir, para encerrar o ano em torno de 12,25%.

A esta nova elevação nos juros

somam-se outras medidas já anunciadas, ainda em fins de 2010, como as restrições a financiamentos com prazo superior a vinte e quatro meses e a retirada de parte do dinheiro injetado na economia durante a crise global de 2008. Ambas as medidas buscam fazer com que a inflação retorne a sua meta.



Figura 1 – Taxa de juros/selic – meta definida pelo COPOM
Fonte: Banco Central, 2011.

Contudo, se por um lado, a elevação da taxa de juros demonstra a capacidade do Banco Central manter a estabilidade econômica, por outro, provoca efeitos colaterais de significativa importância para os fundamentos da economia. Neste contexto, o governo precisa solucionar a equação que envolve, além da determinação da taxa de juros, a determinação dos gastos públicos e da taxa de câmbio. Com o crescimento da dívida pública, o governo necessita controlar mais os gastos – o chamado esforço fiscal – para pagar os juros adicionais decorrentes dessa elevação. Incluída nesta questão está a definição de quais gastos serão reduzidos, o que envolve considerações de ordem política nada desprezível.

Quanto à taxa cambial, a política de juros elevados estimula a entrada de capitais estrangeiros, em particular na forma de capital especulativo. Este excesso de dólares valoriza o câmbio, reduz a com-

petitividade das exportações e resulta em diminuição do superávit da balança comercial. A remessa de dólares para o exterior a título de pagamento de lucros, juros e viagens internacionais fez com que o déficit em transações correntes atingisse em 2010 o maior valor da série histórica do Banco Central, US\$ 47,5 bilhões, equivalente a 2,3% do produto interno bruto. O balanço de pagamentos ainda fechou com forte superávit graças ao firme ingresso do capital estrangeiro direcionado a aplicações em ativos brasileiros. Enquanto o Brasil for uma das melhores alternativas para o capital financeiro internacional a situação estará sob controle. O problema irá aparecer se e quando o panorama mundial mudar.

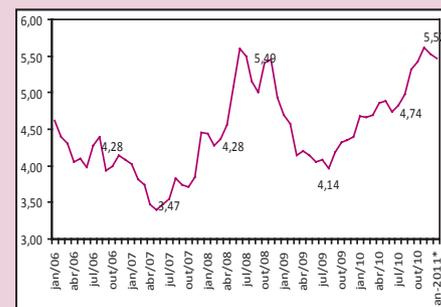


Figura 2 – Taxa média de inflação/IPCA
Fonte: IPEADATA, 2011.

Nesta cadeia de efeitos pós-elevação dos juros, o maior prejudicado pode ser o crescimento econômico. No momento em que o Brasil começa a alcançar taxas de aumento do PIB próximas aos demais países emergentes, a preocupação única e exclusiva do BACEN com a inflação pode colocar tudo a perder. O discurso oficial de crescimento acelerado nos próximos anos esbarra, mais uma vez, no conservadorismo da política econômica. Diante da mais tênue ameaça, o remédio é sempre mais do mesmo.

Nota técnica: O Índice do Custo de Vida de Santa Maria (ICVSM), calculado pelo Laboratório de Práticas Econômicas (LAPE), do curso de Economia do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), mede a variação de preço de produtos consumidos por famílias residentes na zona urbana da cidade, com renda entre um e oito salários-mínimos. Sua estrutura foi organizada com base numa Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), executada em 2004/2005, tendo como base uma amostra extraída do cadastro do IPTU. O cálculo do índice é feito pela fórmula de Laspeyres e sua base é dezembro de 2005 (ver sobre a metodologia do índice no Boletim ICVSM nº 1, no portal da UNIFRA, na internet). Os produtos foram divididos em nove grupos, cujos preços foram coletados conforme quadro ao lado.

Grupo	Número de Produtos	Semanas	Número de Preços
1) Alimentação	317	6	1902
2) Habitação	21 34	2 1	42 34
3) Artigos de residência	140 22	1 5	140 110
4) Vestuário	170	1	170
5) Transporte	64	1	64
6) Saúde e cuidados pessoais	86 5 14	2 1 5	172 5 70
7) Despesas pessoais	64	1	64
8) Educação	53	1	53
9) Comunicação	25	1	25
Totais	1015		2865



Multi
press

Indústria Gráfica e Editora Ltda.

• fone/fax (51) 3221.8066

imprima
e imprissione

• e-mail: multipress@corn.com.br

EXPEDIENTE:

Este Boletim é órgão de divulgação do Laboratório de Práticas Econômicas, do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, Rua Silva Jardim, 1535 – 2o andar - CEP 97010-491 SANTA MARIA, RS. E-mail: nepe@unifra.br. Número atual e edições anteriores ver em: www.unifra.br. Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte

Tiragem: 250 exemplares